



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0366/10	DATA: 14/04/2010
INÍCIO: 15h26min	TÉRMINO: 16h13min	DURAÇÃO: 00h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h46min	PÁGINAS: 14	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

Informo às Sras. e aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias das Atas das 32ª, 33ª, 35ª e da 36ª reuniões. Sendo assim, indago se há necessidade de leitura. (*Pausa.*)

A Deputada Sandra Rosado pede dispensa da leitura.

Em discussão as Atas.

Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Atas.

Informo que esta reunião estará sendo transmitida ao vivo na Internet, pelo serviço *WebCâmara*, conforme autorização desta Presidência.

Ofícios nºs 19 e 21, de 2010, do gabinete do Deputado Antonio Bulhões, justificando a ausência de S.Exa. nas reuniões nos dias 30 de março e 12 de abril em razão de compromissos político-partidários inadiáveis assumidos em São Paulo.

Antes de começar a Ordem do Dia, que nesta reunião destina-se à apreciação dos 14 requerimentos constantes da pauta, quero falar sobre o que aconteceu, aliás, o desfecho que tivemos neste final de semana com a prisão do Sr. Adimar, que...

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Sra. Presidenta, eu gostaria, antes — porque acho que vamos nos prolongar por algum tempo nessa informação que V.Exa. começa —, de passar às suas mãos o resultado da apuração sigilosa feita pela Polícia do Rio Grande do Norte a respeito daquele caso que debatemos lá com relação ao desaparecimento de crianças na cidade de Natal, no Bairro do Planalto. Nós ainda não temos, assim, nenhuma solução. Quero desejar que, da mesma forma como esta CPI teve um papel que eu considero fundamental no resultado do que aconteceu em Luziânia... Eu gostaria de passar às mãos de V.Exa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Deputada Sandra, eu recebo isso com compromisso. Como já tinha sido dito aqui, esse é mais um dos



compromissos que esta CPI assume. Temos aqui, pelo menos, de resolver — não estou dizendo nem resolver em termos de fazer todo o trabalho —, solucionar esta questão de a quem cabe a responsabilidade de tomar conta das crianças desaparecidas e das famílias que não sabem mais o que fazer.

Obrigada.

Nesse ponto é que a Comissão de Desaparecimento de Crianças e Adolescentes no Brasil, a Comissão Parlamentar de Inquérito, neste final de semana, por um lado, nos deixou a sensação de um trabalho realmente que envolveu todos os Parlamentares na busca de solução do caso de desaparecimento desses 6 meninos de Luziânia.

Confesso a todos que eu tinha, sim, a esperança de que esses meninos pudessem estar vivos. Infelizmente, entregamos às famílias o resultado que foi encontrar os corpos, já em decomposição, dos 6 meninos de Luziânia.

A situação de desaparecimento, ela se findou. Hoje, sabemos por que o Sr. Adimar confessou que matou esses meninos e enterrou esses meninos com requintes de sadismo, inclusive. Ele confessou. Porque, se tivessem sido descobertos os corpos desses meninos sem que tivesse havido a confissão, poderia, sim, se suspeitar de outro tipo de crime que não o crime que envolve a questão, inclusive, de abuso sexual e pedofilia.

Então, como nós temos discutido aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o que é o desaparecimento? O desaparecimento é o mais forte sintoma, é indício e fato de que existe um crime que pode ser o crime — principalmente no meu entender — de não se dá a devida importância à criança e ao adolescente neste Brasil.

Quando nós falamos de desaparecimento, a quem cabe a responsabilidade de apurar os fatos e também de atender as famílias, a sociedade? De que forma deve-se dar o fato e em que potência, digamos assim, deve ser o envolvimento de todos os setores e segmentos da sociedade? Aí, claro, entram todos os serviços. Todos, seja a Polícia Civil, seja a Polícia Militar.

Neste caso emblemático, nós tivemos o apoio total da Polícia Federal. Deixo aqui os meus cumprimentos, não me desfazendo, em hipótese alguma, da Polícia Civil do Estado de Goiás. Uma coisa detectamos no decorrer do nosso envolvimento



no caso: é imprescindível a formação da inteligência voltada aos casos de criança e adolescente, principalmente, porque nesses casos poucas informações se tem, principalmente quando se trata de criança de até 12 anos, com muito poucos indícios desses crimes que virão, que são através da questão do desaparecimento.

Emociono-me mesmo. Estou muito emocionada. Isso já virou até uma questão de saúde. O Deputado Geraldo Pudim e eu estivemos domingo lá, fomos onde os corpos foram encontrados. Estivemos com as mães desses meninos. Posso dizer, senhores, que foi um dos momentos mais chocantes, digamos assim, que eu tive durante toda a minha vida. A sensação de incompletude de um projeto de vida, ao conversar com as 6 mães, dizendo que infelizmente eu estava ali para dizer que sentia muito de não termos conseguido, digamos assim, entregar os meninos vivos e também de não termos conseguido barrar esse crime, de tal forma que não tivéssemos 6 adolescentes assassinados.

Essa é uma situação que compete a quem discutir? À Polícia Federal, ao Ministério da Justiça, às Polícias Civas, às Secretárias de Segurança Pública de cada Estado? Eu acho que compete a nós, que somos representantes de toda a sociedade brasileira, discutir realmente o que queremos enquanto povo, enquanto toda a população do Brasil. Todos nós, Deputadas e Deputados, somos os legítimos representantes de todos os habitantes do Brasil, inclusive das crianças e adolescente. Criança não vota, criança dificilmente vai fazer passeata, criança não faz greve, nem adolescente, enquanto uma classe, podemos falar assim, bem desassistida.

Então, senhores, esse desabafo não vem só da Deputada, não vem só da Presidenta da CPI, vem de uma mãe, de uma avó, de uma psicóloga que, desde o princípio, dedicou-se muito às questões de crianças e adolescentes, no Estado de São Paulo, depois, no Estado do Pará, e agora, aqui. Quero dizer que existe quase nada de diferente entre a atenção de um lugar e a atenção de outro lugar. As diferenças talvez estejam na forma de falar. A forma de agir, na questão de criança e de adolescente no Brasil, é muito semelhante em cada Estado. Isto é, nós temos pouquíssimas ações, e as ações são asseguradas dentro do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação — ou, ou. Não existe um sistema integrado, onde todos os



setores — todos os setores! — da organização pública estejam priorizando o atendimento a crianças e adolescentes.

Depois nós nos perguntamos por que a sociedade está de forma tão relaxada na questão de crianças e adolescentes — pais, mães, professores, pessoas, psicólogos, médicos —, e a resposta que tenho é que nós também, como setor público, temos dado pouquíssima atenção para a solução desses problemas.

Quero deixar aqui para todos os colegas desta Comissão Parlamentar de Inquérito que eu gostaria que fizéssemos o maior esforço, para que os casos de desaparecimento não ficassem no silêncio das covas; que o clamor desta Comissão Parlamentar de Inquérito não fique só no choro das mães, dos pais e dos irmãos; que tenhamos o compromisso de poder comemorar, como nós comemoramos também com o retorno do Serginho a Maceió à família; que possamos ter muito mais comemorações que o lamento desse momento que passamos.

Desculpem-me pelo desabafo.

Está aberta a palavra, se alguém mais quiser se pronunciar.

**A SRA. DEPUTADA EMÍLIA FERNANDES** - Sra. Presidenta, eu quero me solidarizar com V.Exa. pelas suas palavras, com toda a emoção que enche o seu coração. Tenho certeza de que é extensivo a todos os integrantes desta Comissão, Deputados e Deputadas, os funcionários também desta Comissão, que com tanta dedicação e afinco acompanham as ações que vêm sendo realizadas. Tenho certeza de que o povo brasileiro todo, por um lado, acompanha com respeito e valorização os trabalhos da nossa CPI e, por outro lado, vê dados e fatos como esse que V.Exa. estava relatando e que todos estamos profundamente chocados.

Acredito, e assim tenho movido a minha trajetória de luta e de busca da justiça e da defesa de temas que nos são caros, como é este que está diretamente relacionado com crianças e com adolescentes, que há energia nos desafios, nas pedras e nos obstáculos que encontramos no caminho. Queríamos estar abraçando essas crianças e não as enterrando, ainda mais da forma grotesca como foram barbaramente assassinadas, por uma pessoa que certamente não deveria ter saído, até por seu estado de saúde. Por outro lado, a nós, e posso afirmar com certeza que a V.Exa., presidindo, e a todos que têm participado, dentro do possível, de todos os



desafios que temos nesta Casa, eles servem de energia. Acredito que o Brasil não será, e não está sendo mais, igual a antes desse grande debate e depois.

Então, acho que temos de buscar urgentemente a regulamentação, a aplicação em todos os Estados brasileiros da lei que institui o cadastro nacional. Temos de sensibilizar todos os Estados: há que se fazer um grande pacto em defesa das crianças e dos adolescentes, para que as polícias, os Governos dos Estados, dos Municípios, através das suas administrações, a sociedade como um todo, tomem providências. Cada um fazendo a sua parte, tenho certeza, vamos enfrentar esse grande problema.

Acredito que temos de, sempre, mesmo da dor, do sentimento — e queremos nos associar a essas famílias e a tantas outras —, tirar energia para continuar nessa grande luta.

Está marcado no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, a ação liderada e coordenada por esta ilustre colega, que é V.Exa., da nossa Bancada Feminina.

Que possamos dizer a essas famílias que a sua dor é energia de todo um País que vai, cada vez mais, enfrentar, buscar minimizar e erradicar esse problema.

Então, com essas palavras, associo-me a V.Exa. por suas palavras. Nada é em vão. Alguns perdem a vida para que outros sejam salvos.

O trabalho que V.Exa. está fazendo, na coordenação desta CPI, não é pouca coisa. Por isso queremos nos associar a V.Exa., cumprimentá-la e, ao mesmo tempo, abraçando, de uma forma muito emotiva também, as famílias dessas crianças, assim como lá em Porto Alegre abraçamos uma família que teve a criança de volta. Quer dizer, uma vida salva é energia também para salvar outras tantas. Energia daqueles que ficaram pelo caminho, como essas crianças e adolescentes, que sejam também sementes que na boa terra vão germinar, porque vão ajudar este País a ser diferente com as suas crianças e os seus adolescentes.

Meus cumprimentos, Sra. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Agradeço a Deputada Emília Fernandes pelas palavras e pelas ações desenvolvidas dentro desta CPI e dentro de todo o Congresso Nacional.



Temos 14 requerimentos que devem ser apreciados antes do início da Ordem do Dia.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Abro mão para que seja feita a leitura e depois volto a falar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada.

**O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM** - Sra. Presidenta, uma questão de encaminhamento.

Veja bem, os itens de requerimentos de 1 a 3 referem-se ao mesmo caso. Os itens de 4 a 11 também se referem ao mesmo caso. Os itens 12, 13 e 14 são em separado.

Eu queria pedir autorização a V.Exa. para que pudéssemos votar os requerimentos em bloco: itens de 1 a 3, que se referem ao caso do sequestrador do menino Serginho, que veio a falecer neste final de semana na casa de Custódia, em Campos; os outros requerimentos, de 4 a 11, referem-se ao caso de Luziânia; e os itens 12, 13 e 14, um é da questão do Acre, outro de crime de Internet e de pedofilia. Que pudéssemos votar em bloco por economia processual. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Estou fazendo aqui uma consulta técnica.

Quero pedir, então, inicialmente, que nos itens 6, 7, 8 e 10 sejam transformados; onde consta “convocação”, mude-se para “convite”.

Vou pedir, então, que a Deputada Sandra Rosado assuma a Presidência, pois há requerimentos meus, e o Regimento diz que não posso defendê-los daqui. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Sandra Rosado) - Em primeiro lugar, queremos colocar em votação a proposta da Deputada Bel Mesquita, que transforma em convite as convocações feitas pelos requerimentos apresentados.

Em votação. Quem estiver a favor permaneça como se encontra. Quem estiver contra que se manifeste. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em segundo lugar, queremos colocar, para apreciação dos demais membros desta CPI, se podemos proceder à votação em bloco dos requerimentos



apresentados. Se todos concordam, queremos apresentar os itens de 1 a 14 para aprovação ou não — aprovação, certamente — dos requerimentos apresentados.

Os Deputados e Deputados que aprovam permaneçam se encontram. Os que por ventura estiverem contrários que se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Retorno agora a Presidência dos trabalhos à Deputada Bel Mesquita.

**O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM** - Sra. Presidente, quando conversamos hoje mais cedo, V.Exa. me relatava sua preocupação que o Ministro da Justiça tivesse sido convidado a comparecer em 3 Comissões desta Casa. Espero que V.Exa. envide esforços no sentido de que pudéssemos fazer contatos com as Comissões que gostariam de ouvir sobre o mesmo caso de Luziânia, para, até por economia processual, fazermos uma reunião conjunta. V.Exa. demonstrou-me essa preocupação, que encaminho para que se possa decidir.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Já entramos em contato com o assessor do Ministério da Justiça aqui presente, que ficou de confirmar uma data próxima. Dia 27 é possível? (*Pausa.*) Vai nos informar depois.

Quanto às Comissões, acho que não há nenhum problema em realizar essa reunião conjunta, com a presença não só do Ministro da Justiça, mas também do Ministro Gilmar Mendes, que estará presente por solicitação de outra Comissão. Acredito que daremos mais um passo, porque o assunto seria debatido pela Comissão de Direitos Humanos, pela Comissão de Segurança e pela CPI de Crianças Desaparecidas. Talvez dali possam sair algumas propostas, que possam juntar essas áreas. Acho importantíssimo isso.

Deputada Sandra Rosada.

**A SRA. DEPUTADA SANDRA ROSADO** - Deputada Bel Mesquita, gostaria apenas de complementar minhas palavras iniciais, ditas logo no começo da nossa reunião, manifestando meu sentimento de que esta CPI tem alcançado inteiramente os objetivos. Ontem, ao conversar pessoalmente com V.Exa., já fiz essa observação. E quero parabenizá-la pela coragem e determinação que teve ao conduzir os trabalhos desta CPI. Acredito que o Brasil, como um todo, está hoje plenamente reconhecido pelo trabalho que está sendo feito aqui, muito principalmente pela condução de V.Exa.



Todos os casos que vimos foram terríveis, mas o de Luziânia se destaca muito especialmente. Quando vi o encaminhamento sobre ele, senti como V.Exa. devia estar também feliz, não pelo que aconteceu, mas pelo dever cumprido, apesar da nossa dor, da dor do nosso País, da dor das mães. Eu, que já experimentei a perda de um filho, sei que é uma dor que nunca se apaga e nunca se esquece, ainda mais pela forma tão brutal como foi aquela. Isso justifica, plenamente, a emoção manifestada por V.Exa. aqui nesta reunião.

Quero salientar a importância grande que têm essas CPIs. No meu primeiro mandato, tive uma experiência muito interessante na CPI que investigou o abuso sexual de crianças e adolescentes. A partir dali, houve nova forma de enfrentamento do problema, depois, tivemos e ainda temos a CPI da Pedofilia no Senado, que tem se mostrado importante instrumento da sociedade.

Agora, com relação à questão das crianças desaparecidas, acredito que esta CPI determinou um marco — antes e depois — do que se fez aqui. Embora não tenhamos tido a solução de todos os casos, conseguimos, especialmente V.Exa., um feito extraordinário: exatamente encarar isso como problema grave. Não é somente a dor da família, a dor de quem perde, a dor de quem não sabe onde o filho está, mas aquilo que podemos chamar de convocação da sociedade brasileira, para também interagir conosco na busca da solução desses problemas.

Então, quero apenas registrar isso por dever de justiça. Reconhecemos que tanto V.Exa. quanto o Deputado Geraldo Pudim têm feito um trabalho de muito destaque nesta CPI, e queremos parabenizá-los por conta disso — temos participado, mas não tanto quanto V.Exa.

A Câmara dos Deputados se tem alguns feitos marcantes no ano passado e neste ano — certamente tem —, sabemos que esta CPI faz parte dos que estão em primeiro lugar.

Era isso que queria registrar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Deputada Sandra Rosado. Essas palavras, na verdade, são da mais alta relevância para todos nós, Deputados, Deputadas e nossos assessores, que têm participado, inquestionavelmente, com dedicação tremenda, desta CPI.



Quero deixar uma palavra aqui: foi muito, muito bom que a Deputada Andreia Zito tenha tido a iniciativa de solicitar esta CPI. Acredito que isso tem trazido para todos nós o olhar muito mais atento não só para questões de desaparecimento, mas a todas as que envolvem crianças e adolescentes no nosso Brasil.

Muito obrigada pelas palavras. Agradeço em nome de todos os componentes desta Comissão.

Com a palavra o Deputado Geraldo Pudim.

**O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM** - Sra. Presidenta, na verdade, quero apenas fazer recapitulação dos requerimentos aprovados, porque, talvez, as pessoas não tenham conhecimento. A CPI trabalhou em conjunto num caso específico, na cidade de Campos, no qual conseguimos devolver à família uma criança de 10 anos que estava em poder do sequestrador há dois anos. Ela foi sequestrada em Alagoas quando tinha 8 anos de idade, e sofreu todo o tipo de abuso durante 2 anos, a ponto de chamar o sequestrador de pai. Quando ele sequestrou esse menino no Município de Campos, em 23 de dezembro, já estava em companhia de outra criança. Nós o devolvemos à família através da atuação firme da CPI, dos meios de comunicação e da polícia. Todo o mundo somou esforço e conseguimos resgatar essa criança, devolvendo-a à família.

Algo estranho surgiu: a outra criança que estava em poder dele chamava-o de pai durante todo o tempo. Foi um terror, inclusive, para que ele pudesse ser conduzido à carceragem da delegacia, por conta do grande apelo que ela fazia, chamando-o de pai. Essa criança foi conduzida para uma casa de assistência. Ao longo do tempo, através do trabalho de psicólogo, de assistentes sociais, levou, aproximadamente, 3 meses para que ela pudesse dizer da sua origem, o nome da família, de onde ela estava vindo.

Num trabalho muito bacana lá no Município de Campos, conseguimos localizar os familiares da criança e devolvê-la ao seio da família. Salvo engano, ela tinha mais 6 irmãos, era uma família muito pobre em Alagoas.

Pois bem. Infelizmente, esse sequestrador veio a morrer agora, de domingo para segunda. Aprovamos 3 requerimentos aqui, solicitando as informações necessárias à casa de custódia na qual ele estava e também ao hospital onde foi socorrido e ao Instituto Médico Legal, para que possamos identificar a causa da



morte. Até porque há outro fato que poderia estar ensejando esse mesmo sequestrador: uma menina que se fazia passar por menino em Vitória da Conquista, na Bahia. É algo muito complexo. Nós aprovamos esses requerimentos aqui.

Quanto aos outros requerimentos que também aprovamos em relação a Luziânia, gostaria de fazer um destaque. Todos nós estamos fazendo um trabalho muito árduo e difícil, V.Exa., Sra. Presidenta, tem se despencado para todos os Estados do País, juntamente conosco, pois fazemos um trabalho sério. E quando, às vezes, damos entrevista ou falamos na própria CPI, temos a Constituição que nos garante inviolabilidade das nossas opiniões.

Chegou a esta Comissão, lá atrás, a informação de que possivelmente esses meninos de Luziânia teriam sido exterminados por grupo de extermínio e que, possivelmente, poderia ter policiais envolvidos nesse grupo. Ninguém pode tirar o direito de esta Comissão Parlamentar de Inquérito apurar qualquer tipo de informação que aqui chegue. É nosso dever, essa é a nossa obrigação.

Em momento algum dos nossos pronunciamentos, atingimos a figura institucional da Polícia Militar do Estado de Goiás. Mas não poderíamos nos furtar de informar — inclusive perguntei ao Delegado Dr. Wesley aquele dia, na Comissão Parlamentar de Inquérito, se ele achava que poderia.

Pois bem. Eu não posso — nenhum de nós pode — virar objeto de questionamento por parte de quem quer que seja, inclusive de jornalista de televisão, tentando fazer sensacionalismo com o nome deste Parlamentar. Em momento algum, nós atingimos a figura da Polícia, muito pelo contrário. As mães vieram aqui, à CPI — os senhores hão de lembrar — solicitando que a Polícia Federal entrasse no caso. Inclusive, foram ao Ministério da Justiça pedir — a CPI esteve presente — que a Polícia Federal entrasse no caso, porque as mães consideravam que a morosidade das investigações poderia ensejar a morte dos filhos. O que, infelizmente, veio a se consolidar.

O sistema todo falhou, falhou o sistema todo. Envolvendo: um pedófilo de alta periculosidade, com condenação que foi transformada, colocado em liberdade por um juiz, com laudos psiquiátricos informando da sua periculosidade. Houve uma série de situações em que vemos, de A a Z, que o sistema falhou.



Mas quero pedir a V.Exa. que, na qualidade de Presidenta da Comissão, fizesse um contato com o jornalista Datena, da Rede Bandeirantes de Televisão, porque ontem fui, de certa forma, atingido pelo que estou fazendo. Não vou me intimidar por jornalista, não tenho qualquer tipo de vinculação com nenhum segmento da sociedade. Não tenho qualquer vinculação, meu dever aqui é apurar qualquer informação que nos chegue. Tenho esse dever e obrigação e não posso permitir que esses fatos vão se desdobrando.

Vejam como a situação se desdobrou: hoje, pela manhã, o jornalista de uma rádio de Brasília repetiu o que ele falou na televisão. Então, preciso tomar uma providência. Até quero informação da CPI sobre quais providências eu teria de tomar diante dessa atitude de um jornalista, que atinge não a mim, pessoa física, mas ao integrante desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não posso me furtar ao dever e obrigação de apurar qualquer fato. Em momento algum, citamos que a Polícia Militar do Estado de Goiás estava envolvida nesse caso. Falamos, sim, que chegou a informação de um grupo de extermínio atuando em Goiás, com possível participação de policiais militares.

E, vejam bem: o caso desses 6 meninos não encerra os desaparecimentos em Goiás, pois há mais adolescentes e crianças desaparecidas no Estado. Esse é um fato atípico, que chocou não só a opinião pública brasileira, mas internacional, porque se trata de um psicopata perigosíssimo.

Agora, é preciso que a Comissão Parlamentar de Inquérito possa tomar medidas. Por atingir a mim, vou tomar minha providência a nível pessoal. Mas por atingir um membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria que V.Exa. pudesse tomar as medidas de praxe necessárias, para que o jornalista Datena, inclusive, no caso concreto, me oferecesse o direito de falar ou de dar resposta. Como as pessoas falam na gíria, está se emprenhando pelos ouvidos o que ele está ouvindo na rua e saindo falando. Então, gostaria de pedir a V.Exa. que tomasse as medidas necessárias de praxe nesse caso, para que, daqui a pouco, não venhamos a ser intimidados aqui por jornalista.

Eu não vou me intimidar. Qualquer informação que tiver — seja de Polícia Militar, seja de Polícia Civil, seja de Polícia Federal, seja de Deputado Estadual, seja



de Deputado Federal, Prefeito, de quem quer que seja—,minha obrigação é colocar as coisas no devido lugar.

Eu gostaria de pedir a V.Exa. que tomasse as medidas necessárias atinentes à minha atividade parlamentar. Dessa forma, não estou me sentindo intimidado, mas invadido no meu dever de trabalhar conforme me garante a Constituição.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Deputado Geraldo Pudim, V.Exa. tem toda, toda razão e todo direito de querer isso — na verdade, nem é se justificar. É preciso que todos os brasileiros saibam que, principalmente aqueles que têm a responsabilidade de informar a todos os cidadãos, que se colocam à frente daquele grande instrumento de comunicação, que é a televisão, e também à frente do rádio, distorcem o trabalho parlamentar.

Eu, na verdade, penso que isso é mais do que só a CPI, pois é além. Acho que a imagem de cada um de nós, Parlamentares, passa a ser destruída um pouco, ou quebrada, na medida em que um pronunciamento desse é feito e não se toma nenhuma providência. Lembro, principalmente, dos ensinamentos de minha mãe, dizendo que não existia maior pecado do que a denúncia sem nenhum tipo de respaldo, aquilo a que chamamos de manchar a honra de uma pessoa, principalmente quando é divulgado de boca para ouvido — é a tal da fofoca, o que se chama de veiculação de notícias maldosos. É como um travesseiro de penas que, uma vez soltas as penas, nunca mais se consegue colocá-las dentro do travesseiro.

Assim, com relação a essa questão, Deputado Geraldo Pudim, tomaremos as providências necessárias para deixar claro e, não, justificando. Estaremos procurando a Procuradoria Parlamentar para que tome as providências nesse caso, que se trata de um componente da CPI, um Parlamentar que estava defendendo o interesse de todas as crianças e adolescentes do Brasil.

Como falamos aqui anteriormente, se esse Adimar de Jesus não tivesse confessado o crime, se ele não tivesse sido encontrado, mas tivéssemos encontrado somente os corpos, poderia se pensar, sim, que pudesse ser um grupo de extermínio — apesar de não haver as balas que normalmente determinam isso. Eram 6 cadáveres no mesmo local, com uma distância de, no máximo, 300 metros entre todas as covas. Então, não dá para deixar de pensar...



E aqui todos os delegados, seja lá da Polícia Civil ou da Polícia Federal, foram claros no sentido de que nenhuma situação seria deixada de lado sem investigação, que todas as possibilidades seriam investigadas. Então, Deputado, V.Exa. estava em todo seu direito e dever para com as crianças e adolescentes do Brasil.

**A SRA. DEPUTADA EMÍLIA FERNANDES** - Sra. Presidenta, pela ordem.

Entendo, Sra. Presidenta, que é muito importante e muito sério o que foi dito, porque estamos clamando hoje que os meios de comunicação, primeiramente, informem e levantem possibilidades. Agora, não façam juízo do que vem sendo discutido e dos encaminhamentos que estão sendo feitos, porque estamos, nós Parlamentares, dentro das legítimas atribuições que nos foram delegadas pelo voto e por constituirmos esta Comissão.

Então, considero, Sra. Presidenta — como sugestão, logicamente —, que deveria urgentemente ser enviada uma correspondência oficial, em nome da Comissão Parlamentar, assinada por V.Exa. Se precisar do aval e da assinatura de todos os membros, acho que nenhum vai se negar a assinar. A correspondência chegaria às mãos dos respectivos jornalistas ou apresentadores e deveria ser reproduzida na íntegra, além de outras medidas que acho, logicamente, o próprio Deputado pode e certamente deve tomar. Então, acho que seria importante pedir que ela fosse lida na íntegra.

Senão, devemos buscar os meios judiciais, porque é o que temos e a que precisamos recorrer em ações dessa natureza.

Agora, estamos clamando para que os meios de comunicação ajudem — muitos estão ajudando, diga-se de passagem, como rádios, jornais pequenos e até do interior. Enfim, que sejam todos, porque essa é uma missão da sociedade brasileira, dos governos e dos poderes constituídos. Portanto, devem ajudar de todas as formas que acharem importantes. Agora, que não acusem membros desta Casa, na tentativa de desqualificar não apenas o trabalho do Deputado, mas, às vezes, da equipe como um todo e do próprio Parlamento, em última instância.

Hoje a bandeira é desqualificar os poderes constituídos. Isso não podemos permitir.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Deputada Emília Fernandes. Pode ter certeza de que tomaremos todas as providências necessárias.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 27 de abril de 2010, às 14h30min, no Anexo II desta Casa.

Está encerrada a presente reunião.